

Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

4

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021



Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

4

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito: ramificações, interpretações e ambiguidades 4 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-883-0

DOI 10.22533/at.ed.830210803

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de
(Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **DIREITO: RAMIFICAÇÕES, INTEPRETAÇÕES E AMBIGUIDADES 4**, coletânea de vinte e quatro capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse quarto volume, seis grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em ativismo judicial e combate à corrupção; estudos em políticas públicas e mitigação das desigualdades; estudos sobre direito e reflexos na pandemia; estudos em direito do trabalho; estudos sobre tecnologia e impactos na sociedade; e outras temáticas.

Estudos em ativismo judicial e combate à corrupção traz análises sobre ativismo judicial, cassação de mandato de deputado federal, instituições democráticas, corrupção e compliance.

Em estudos em políticas públicas e mitigação das desigualdades são verificadas contribuições que versam sobre migração síria, orçamento público, mulher negra e direito à educação, combate ao preconceito racial, urbanização de favelas e programa bolsa-família.

Estudos sobre direito e reflexos na pandemia aborda questões como novas tecnologias, práticas democráticas, *online dispute resolution* e direito da gestante em trabalho de parto.

No quarto momento, estudos em direito do trabalho, temos leituras sobre proteção do trabalhador, mediação e arbitragem, dimensão recíproca da informação e trabalho doméstico.

Estudos sobre tecnologia e impactos na sociedade aponta discussões sobre mapeamento tecnológico, nanotecnologia e proteção a dados pessoais

Por fim, em outras temáticas, há abordagens que tratam de temas como jusnaturalismo, derrelição do sujeito humano, literatura e capitalismo.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ATIVISMO JUDICIAL

Lia Sarti

DOI 10.22533/at.ed.8302108031

CAPÍTULO 2..... 15

CASSAÇÃO DO MANDATO DO DEPUTADO FEDERAL EDUARDO CUNHA: ATIVISMO OU GARANTISMO CONSTITUCIONAL?

Jéssica Lahís Silva Bastos de Menezes

Maria Francisca Silva Bastos

Kartiele da Silva Lira

Karina Araújo Pawlina

DOI 10.22533/at.ed.8302108032

CAPÍTULO 3..... 29

A (DES)CRENÇA NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS EM TEMPOS DE ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO

Bianca Medran Moreira

Bárbara Guerra Chala

DOI 10.22533/at.ed.8302108033

CAPÍTULO 4..... 36

A ADOÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE COMO BARREIRA PARA A LAVAGEM DE DINHEIRO E DOS ATOS DE CORRUPÇÃO

Fabrizio Bon Vecchio

Fernanda Ulysséa Pereira

Leandro Villela Cezimbra

DOI 10.22533/at.ed.8302108034

CAPÍTULO 5..... 50

MIGRAÇÃO SÍRIA PARA O BRASIL: O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE E A (IN) EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Carolina Soares Hissa

Maíra Costa Ribeiro

Susana de Miranda Pires

DOI 10.22533/at.ed.8302108035

CAPÍTULO 6..... 62

O ORÇAMENTO PÚBLICO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: HAVERÁ RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DIREITOS ESSENCIAIS EM 2021?

Júlio Edstron S. Santos

Frederico Augusto Barbosa da Silva

Rogério Alves Dias

DOI 10.22533/at.ed.8302108036

CAPÍTULO 7	88
POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A LUTA DA MULHER NEGRA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Eugenia Portela de Siqueira Marques Átila Maria do Nascimento Corrêa Amanda de Siqueira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.8302108037	
CAPÍTULO 8	98
AÇÕES INTERATIVAS DO PROJETO DEBATE, CAFÉ E CINEMA NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS NATALENSES	
Arthur Fonseca Lopes Alcineia Rodrigues dos Santos Fabiana Ricardo Souza do Nascimento Patrícia Cristina Cavalcante Aurélia Carla Queiroga da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8302108038	
CAPÍTULO 9	104
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E A TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO ÂMBITO MUNICIPAL BRASILEIRO	
Eugênio Pacceli de Moraes Bomtempo	
DOI 10.22533/at.ed.8302108039	
CAPÍTULO 10	122
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ERRADICAÇÃO DA POBREZA E CONCRETIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Jéssica Gomes Machado Ana Maria Paim Camardelo	
DOI 10.22533/at.ed.83021080310	
CAPÍTULO 11	132
NOVAS TECNOLOGIAS E PANDEMIA DA COVID-19: DISRUPÇÕES E DESAFIOS PARA AS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS	
Janaína Rigo Santin Pedro Henrique Pasquali	
DOI 10.22533/at.ed.83021080311	
CAPÍTULO 12	145
ONLINE DISPUTE RESOLUTION (ODR): A SOLUÇÃO DE CONFLITOS À LUZ DA TECNOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)	
Quíssila Renata de Carvalho Pessanha	
DOI 10.22533/at.ed.83021080312	
CAPÍTULO 13	154
O DIREITO DA GESTANTE EM TRABALHO DE PARTO (E NO PÓS-PARTO) A	

ACOMPANHANTE E AS RESTRIÇÕES DA COVID-19

Karine Domingos de Souza

Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira

Paulo Sérgio Gomes Soares

DOI 10.22533/at.ed.83021080313

CAPÍTULO 14..... 170

A PROTEÇÃO DO TRABALHADOR ATRAVÉS DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA E AS MEDIDAS PROVISÓRIAS DA PANDEMIA DE COVID-19

Maria Laura Bolonha Moscardini

Daniel Damásio Borges

DOI 10.22533/at.ed.83021080314

CAPÍTULO 15..... 182

A UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO E DA ARBITRAGEM COMO MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS TRABALHISTAS

Mariana Domingos Peres

Ricardo Motta Vaz de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.83021080315

CAPÍTULO 16..... 189

A DIMENSÃO RECÍPROCA DA INFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOB O PRISMA DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE

Lucieli Breda

Maíra Brecht Lanner

DOI 10.22533/at.ed.83021080316

CAPÍTULO 17..... 206

DIREITO E POLÍTICA NA REALIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA

Anna Christina Freire Barbosa

Ingrid Danielle Amorim Alves de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.83021080317

CAPÍTULO 18..... 224

HERMENÊUTICA JURÍDICA: MAPEAMENTO TECNOLÓGICO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE PATENTE DE SOFTWARE EMBARCADO

Karina Silva Juvenal

Gustavo Passos Fortes

Diná Vieira de Matos

Jordânia de Araújo Costa

DOI 10.22533/at.ed.83021080318

CAPÍTULO 19..... 235

COMPREENDENDO O NOVO ALERTA NANOTECNOLÓGICO A PARTIR DA EVOLUÇÃO DAS TEORIAS SOBRE RISCO PARA ADEQUADA GESTÃO DO NANOWASTE

Daniele Weber S. Leal

Raquel Von Hohendorff

DOI 10.22533/at.ed.83021080319

CAPÍTULO 20.....254

GOVERNANÇA ALGORÍTMICA E A TUTELA DO DIREITO FUNDAMENTAL AOS DADOS PESSOAIS NO BRASIL: A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LEI 13.709/18) COMO SISTEMA PROTETIVO PARA A EFETIVAÇÃO DA GOVERNANÇA DOS DADOS PARTICULARES NAS REDES SOCIAIS

Ana Karoline Fernandes de Sousa

Raquel Colins Andrade

Julia Barros de Brito

DOI 10.22533/at.ed.83021080320

CAPÍTULO 21.....265

PROLEGÓMENOS AOS JUSNATURALISMO

Victor Fell

Enzo Stefano

DOI 10.22533/at.ed.83021080321

CAPÍTULO 22.....270

UMA REFLEXÃO SOBRE A DERRELIÇÃO DO SUJEITO HUMANO PELO DIREITO: ENTRE EMBATES TEÓRICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS

Stephany Yohanne Rolim Pereira

DOI 10.22533/at.ed.83021080322

CAPÍTULO 23.....282

UM ENFOQUE JURÍDICO SOBRE A NARRATIVA DE *DOM CASMURRO*

Karina Sales Longhini

Larissa Fernanda Steinle

DOI 10.22533/at.ed.83021080323

CAPÍTULO 24.....292

CAPITALISMO E PROGRESSO HUMANO

Ricardo Tannenbaum Nuñez

Marisa Rossignoli

DOI 10.22533/at.ed.83021080324

SOBRE O ORGANIZADOR.....299

ÍNDICE REMISSIVO.....300

CAPÍTULO 7

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A LUTA DA MULHER NEGRA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Eugenia Portela de Siqueira Marques

Prof^a. Dr^a. - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/4276993654278057>

Átila Maria do Nascimento Corrêa

Acadêmica de mestrado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados-Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/9721081148378151>

Amanda de Siqueira Marques

Bacharel em Direito Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande - Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2213163109070193>

Revisão do trabalho apresentado no Congresso Internacional de Direitos Humanos, CIDH edição XVI em 2019.

RESUMO: O presente trabalho conta com financiamento da CAPES e apresenta os resultados preliminares de pesquisa realizada no mestrado em educação da Universidade Federal da Grande Dourados, com o objetivo de identificar o acesso de mulheres negras à educação superior no Brasil. Existe a necessidade ao falar de políticas afirmativas e relações étnico-raciais, que se faça um recorte de gênero, para que

possamos identificar como as políticas públicas alcançam as mulheres negras no que tange a garantir o direito de ingressar à educação superior. Henriques (2017) após analisar a luta das trabalhadoras negras pelo direito ao acesso à educação formal aponta, que somente depois de dez anos de instauradas as políticas afirmativas e de reivindicações do Movimento Negro. O governo federal por meio da Lei 12.711/12 implementou oficialmente a política de cotas nas Universidades Federais, reservando, assim 50% das vagas para autodeclarados/as pretos/as e pardos/as nessas instituições. Mesmo com a democratização do acesso à educação superior no Brasil, as mulheres negras pouco avançaram nesse nível ensino. É importante salientar que mesmo com esse aumento a maioria da população matriculada é branca com 63,4% dos matriculados. Existem poucas pesquisas que tratam especificamente da mulher negra na educação superior, em especial como ocorre não só o acesso, mas também a permanência e o êxito acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas afirmativas; Educação Superior; Mulher Negra.

AFFIRMATIVE POLICIES AND THE FIGHT OF BLACK WOMEN FOR THE RIGHT TO HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This work is funded by CAPES and presents the preliminary results of research carried out in the master's degree in education at the Universidade Federal da Grande Dourados, with the objective of identifying the access of black women to higher education in Brazil. There is a need, when talking about affirmative policies

and ethnic-racial relations, to make a gender cut, so that we can identify how public policies reach black women in terms of guaranteeing the right to enter higher education. Henriques (2017), after analyzing the struggle of black workers for the right to access formal education, points out that only after ten years of affirmative actions and struggles of the Black Movements were instituted that the federal government through Law 12.711 / 12 officially implemented the quota policy at Federal Universities, thus reserving 50% of the places for self-declared blacks and browns in these institutions. Even with the democratization of access to higher education in Brazil, black women have made little progress in this level of education. It is important to note that even with this increase, most of the enrolled population is white, with 63.4% of those enrolled. There is little research that specifically deals with black women in higher education, especially as there is not only access, but also permanence and academic success.

KEYWORDS: Affirmative policies; Higher Education; Black Women.

INTRODUÇÃO

Para discutir o acesso de mulheres negras na educação superior, precisamos levar em consideração que é recente a presença dessas mulheres na educação formal e que, para isso acontecesse, foram necessários vários anos de luta, por direitos e por visibilidade.

Segundo levantamento feito por Barreto (2014) o total de mulheres em 1956 diziam respeito ao total de 26% de matriculados e em 1971, não passavam dos 40%. Esses dados não possuem o recorte de raça, materiais que trazem esse recorte começam a surgir a partir de 2010.

A democratização do acesso à educação superior no Brasil se deu por meio de muita luta do Movimento Negro, reivindicando visibilidade e seu direito a educação, como traz Santos (2007) e Henriques (2017) ao abordar em específico os caminhos percorridos pela mulher negra até sua chegada a educação superior.

Esse artigo pretende trazer um breve panorama sobre as ações afirmativas e sua relação com os Movimentos Negros de 1990 e apresentar os resultados preliminares de pesquisa sobre a mulher negra e sua presença na educação superior.

Foram utilizados para esse artigo, dados do censo da educação superior e do ENADE INEP/MEC que apresentam os indicadores de 2001 a 2012 com o recorte de gênero e raça.

AÇÕES AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Com os Movimentos Sociais Negros de 1990 as questões raciais ganharam mais visibilidade, nacional e internacionalmente. A reivindicação deles sempre foi pontual e esteve relacionada a vários aspectos, como educação e cultura; nesse artigo o foco será as reivindicações na área da educação.

Nas reivindicações do Movimentos Negros sempre esteve presente a preocupação com a educação. Santos (2007) traz as reivindicações e propostas na educação, como a obrigatoriedade da inclusão do ensino da História da África e da História do Negro no

Brasil no ensino médio, além da defesa a educação gratuita em todos os níveis e da obrigatoriedade no ensino fundamental e médio.

Ainda segundo o autor, as ações afirmativas se consolidam com o empoderamento dos Movimentos Negros, em meados da segunda metade de 1990, e passam a ser colocadas em prática em algumas universidades públicas no início século XXI.

A solidificação das políticas afirmativas pela educação formal no Brasil se deu nos anos 2000 com a inclusão da questão racial na agenda política brasileira e da proposta das cotas nas universidades federais.

Dentre os marcos dos Movimentos Negros temos em 1978 acontece a criação do MNU Movimento Negro Unificado; 1981 são criados o PT Partido dos Trabalhadores que era em grande parte constituído por mulheres e homens negros; 1988 Assembleia Constituinte que marcou a abertura democracia do Brasil e culminando na promulgação da CF e I Encontro de Nacional de Mulheres Negras; 1991 Encontro Nacional de Entidades Negras; 1995 Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela cidadania e pela vida e também a instituição da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo; 2003 Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); em 2005 aconteceu a I Conferência Nacional da Promoção de Igualdade Racial. Onde ocorreu a primeira grande consulta nacional a população negra, em 2010 ocorreu à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Essas lutas que se iniciaram nos anos 1990 trouxeram uma maior visibilidade às questões referentes ao direito à educação, mas, mesmo com ações afirmativas a homologação da Lei 12.711/2012, a luta do Movimento Negro se efetivou com a lei de cotas, na qual fica estabelecido que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservem no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e que desse percentual seja reservado em proporção ao total de vagas igual para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição.

O espaço conquistado na educação aconteceu por meio da luta desses movimentos sociais pelo direito a educação de nível superior. Henriques (2017) disserta sobre a luta das mulheres negras em prol das ações afirmativas no Brasil, salientando a importância dos cursinhos preparatórios comunitários, que buscavam recrutar e qualificar os trabalhadores negros e carentes para o vestibular.

Ainda de acordo com Henriques (2017), as mulheres negras, em especial as trabalhadoras domésticas, também passaram a frequentar esses cursos de modo que sua participação nesses espaços teve importância fundamental para o estreitamento dos laços entre os Movimentos Negros e o sindical, assim como a combinação de pautas que envolvem trabalho, educação e raça.

Ao fazer uma análise dos 10 anos de políticas afirmativas no Brasil, Heringer

(2014), constatou que ao tratarmos dessas políticas estamos falando de sucesso devido à ampliação de acesso onde é possível observar na tabela 1 abaixo, elaborada pela autora comparando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2011:

Nível de ensino Frequentado	Branços		Pretos e Pardos	
	2001	2011	2001	2011
Fundamental regular	11,9	4,5	32,2	11,8
Médio regular	34,3	24,1	43,9	45,2
Superior ¹	39,6	65,7	10,2	35,8
Outros ²	14,1	5,6	13,7	7,2

¹Inclusive mestrado e doutorado.
²pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.
 Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2012, IBGE.

Tabela 1 – Distribuição percentual dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, por nível de ensino frequentado, segundo a cor ou raça – 2001/2011.

Fonte: Reprodução Heringer (2014).

De acordo com a tabela é possível observar o aumento de estudantes pretos e pardos na educação superior, resultado das políticas afirmativas e também do processo de expansão do ensino superior, como a criação de mais universidades e mais cursos noturnos e o aumento de vagas nas universidades públicas e também a criação de novas universidades. É importante salientar também que o número de brancos nessa modalidade de acesso dobrou de 2001 para 2011.

Existem outros aspectos a se considerar além do acesso, sendo eles, a permanência e o êxito acadêmico.

Existem vários fatores que influenciam na permanência de um acadêmico em um curso de graduação. Para entender como as desigualdades se consolidam no espaço educacional, é necessário que analisemos as dimensões estruturantes de cada uma, sendo elas, como citadas por Querino & De lima & Madsen (2011), a de gênero, cor/etnia e classe.

Ao fazer esse recorte, percebemos que as carreiras escolhidas sofrem influência desses três determinantes.

Uma aluna que precisa trabalhar enquanto cursa a graduação, só terá disponibilidade para cursos noturnos. As mulheres são maioria em cursos de licenciatura; ao fazer o recorte cor/etnia à mulher negra ocupa um espaço reduzido nos cursos com predominância feminina, como pedagogia.

Heringer (2014) apresenta sugestões de como as políticas de permanência devem ser pensadas, destacando ainda que nesse âmbito se deve ser levada em consideração

as dimensões simbólicas e materiais que estão envolvidas no ingresso e permanência dos alunos nos cursos de educação superior.

MULHER NEGRA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A manifestação do racismo brasileiro ocorre de várias formas: na invisibilidade forçada as mulheres negras nos espaços públicos; na pobreza; na violência e na falta de representatividade no mercado de trabalho, além do racismo estrutural tão presente nessa sociedade que se alimenta do mito da democracia racial.

Os espaços educacionais brasileiros se caracterizam pela exclusão de mulheres e homens negros/os. Carneiro (2015) acrescenta que essa educação de viés colonial construiu juntamente com o sistema escravocrata uma concepção inferiorizante e desumana para as mulheres e homens negros, aos quais eram negados direitos básicos como a educação e a saúde.

Os indicadores sociais apontam um crescimento no número de mulheres presentes na educação formal ao longo dos anos, mas considerando que indicadores não realizavam o recorte raça/gênero, isso só se tornou possível identificar o crescimento chegou as mulheres negras a partir dos anos 2000.

É possível observar que as mulheres negras ficam para trás em nível de escolarização, ou seja, mesmo com o crescimento no número de mulheres, as mulheres negras ainda representam uma minoria na educação formal.

Para Beltrão e Teixeira (2004) as escolhas de carreiras podem ser polarizadas entre os cursos de humanas e exatas, onde as mulheres ainda são maioria em cursos como: Enfermagem, Serviço Social, Pedagogia, Ciências Sociais, enquanto os homens representam maioria nas Engenharias, Ciência da Computação e outros cursos relacionados às Ciências Exatas.

Mesmo com a democratização do acesso à educação superior no Brasil, às mulheres negras ficam para trás em nível de escolarização. Ou seja: mesmo com o crescimento no número de mulheres, as mulheres negras ainda representam uma minoria na educação formal. Sotero (2013) constata que as desigualdades raciais não estão diminuindo mesmo com o crescimento da taxa de escolarização, e apresenta um gráfico dessa taxa fazendo o recorte de sexo, cor/raça e nível de ensino:

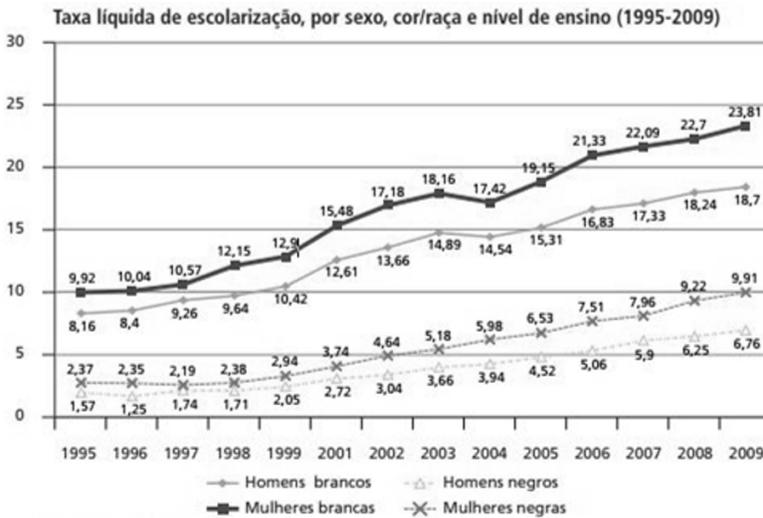


Gráfico 1-Taxa líquida de escolarização, por sexo, cor/raça e nível de ensino (1995-2009).

Fonte: Sotero (2013).

Segundo os dados, é possível verificar que, de 1995-2009, a taxa de escolarização das mulheres negras teve um pequeno aumento, de 2,37 em 1995 para 9,91 em 2009. É importante ressaltar também que houve um aumento na taxa de escolarização tanto de homens quanto mulheres, mas os que apresentaram um crescimento menor nesse período de tempo foram às mulheres e os homens negros, confirmando que as desigualdades raciais não estão diminuindo mesmo com aumento das taxas de escolarização.

Em 2016 de acordo com o Censo da Educação Superior, dos 1.520.494 alunos que frequentavam cursos de licenciatura no Brasil, 71,1% eram mulheres e 28,9% eram homens, mesmo com o crescimento das matrículas em 43,5% que foi apresentado pelos cursos de licenciatura nos últimos dez anos, a maioria dos alunos da modalidade ainda são mulheres (INEP/MEC, 2016).

Sempre existiu para as mulheres negras uma imposição ao trabalho informal, que impossibilitava seu acesso à educação superior. Mesmo com a maior presença de mulheres de forma geral na educação e no mercado de trabalho, as negras ainda representavam um menor número e se encontravam concentradas em trabalhos como o de doméstica.

Nesse sentido, Henriques (2017), afirma que

Tal opção social e política pela instituição do trabalho doméstico, em vez de políticas sociais para as mulheres, que as permitissem a conciliação “trabalho e família”, corroborou para a intensificação da exploração informal das mulheres negras na sociedade brasileira, pois elas somente dispunham de um único bem – seu corpo negro – para negociar, em troca de sua sobrevivência e da de seus filhos. Portanto, nascer mulher, negra, pertencente a classe

trabalhadora, se constituía em sinônimo de infortúnio, pois as chances de conseguir ter acesso à educação, ao trabalho bem remunerado, a um casamento, eram ínfimas às mulheres negras. (HENRIQUES,2017, p.154).

Desse modo a alfabetização e participação das mulheres negras se deu por meio das lutas dos Movimentos Negros, assim como a viabilização de sua presença na educação superior, com as escolas alfabetizadoras, com as iniciativas de escolarização e posteriormente com os cursinhos pré-vestibulares comunitários.

Di Pierro (2005) indica que existe um grande número estudantes que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é composta por estudantes que ocupavam postos de trabalho considerados de menor prestígio social e que apresentavam uma defasagem idade-série.

Ao tratar do acesso das mulheres negras a universidade, Henriques (2017) chama atenção para o seguinte fato:

Tais pré-vestibulares comunitários passaram a recrutar e qualificar os trabalhadores negros e carentes para o exame vestibular, bem como prepará-los criticamente para a militância negra, em prol da democratização da educação superior pública no Brasil. As mulheres negras, em especial, as trabalhadoras domésticas também passaram a frequentar tais cursos preparatórios populares para negros e carentes. A participação dessas mulheres nesses espaços de formação foi de extrema importância para o estreitamento de laços com os movimentos negros e sindicais, bem como para a coadunação de pautas históricas que envolvem trabalho, educação e raça. (HENRIQUES, 2017, p. 160).

A presença das mulheres negras na educação formal no País se deu por meio das lutas dos Movimentos Negros a favor da educação, como supracitado, criaram programas de alfabetização e cursinhos populares, entre outras iniciativas que possibilitaram não só a inserção dessas mulheres no campo educacional mas também uma melhor qualificação para o mercado de trabalho.

Os trabalhos reservados para a população negra no país se encontram concentrados em ocupações de indústria tradicional e serviços gerais, conforme os estudos de Lima (2001).

No que tange a distribuição por setor de atividade, as mulheres negras se encontram mais presentes no setor de serviços sociais representando 34% dessa mão de obra feminina, presente em serviços de educação, saúde, serviços sociais e domésticos de acordo com Cordeiro (2013).

Essa predominância de mulheres nos cursos de licenciatura e posteriormente de carreira é condicionada por uma cultura social, uma vez que cursos como licenciaturas são caracterizados como femininos, percebe-se que a educação, além de passar o saber sistematizado, também está impondo culturas e ideologias de acordo com o objetivo que se pretende alcançar, conforme mostram os estudos de (BORGES &CARNIELLI, 2005).

Na tabela 2 podemos observar como está representada essa distribuição da presença feminina dentro dos cursos de acordo com o recorte raça/cor:

Raça/Cor	Artes Visuais (Licenciatura)	Arquitetura e Urbanismo	Ciências Sociais	Pedagogia	Administração	Direito	Psicologia	Secretariado Executivo
Branca	54,3%	53,5%	29,8%	51,3%	36,7%	35,9%	56,5%	53,3%
Negra	4,8%	1,5%	6,6%	9,1%	3,3%	2,8%	4,5%	8,5%
Parda/Mulata	18,5%	10,2%	18,5%	31,1%	15,0%	13,1%	20,6%	30,1%
Amarela	1,6%	2,0%	0,9%	1,2%	1,1%	0,9%	1,3%	1,8%
Indígena	0,9%	2,0%	8,0%	0,6%	0,3%	0,4%	0,6%	1,0%
Total de Mulheres	80,1%	69,2%	63,8%	93,3%	56,4%	53,1%	83,5%	94,7%

Tabela 2 – Distribuição Feminina por Raça/Cor nos cursos superiores 2010-2012

Fonte: Inep/Enade (2012).

É possível observar na tabela 2 como estão distribuídas as mulheres dentro dos cursos que possuem sua predominância de matrícula: secretariado executivo apresenta um total de 94,7% de presença feminina e dessa apenas 8,5% são negras, na pedagogia onde o total de mulheres é de 93,3% apresenta somente 9,1% de mulheres negras, na licenciatura em artes visuais de 80% de mulheres as negras são representadas por apenas 4,8% desse total, o percentual de mulheres negras presentes nos cursos que já possuem maioria feminina não ultrapassa o 9,1%.

Os cursos com menor percentual de presença de mulheres negras são arquitetura e urbanismo com 1,5%, direito com 2,8 e administração com 3,3%, são os cursos menos diversos étnico-raciais.

Na Tabela 3 podemos observar à distribuição feminina nos cursos de engenharia. Como já citado a concentração de mulheres em cursos considerados tradicionalmente masculinos é reduzida, nessa tabela são apresentados dados dos cursos de engenharia, que normalmente funcionam em período integral.

Raça/Cor	Engenharia							
	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V	Grupo VI	Grupo VII	Grupo VIII
Branca	18,2%	6,6%	5,6%	41,7%	21,5%	18,0%	27,1%	28,7%
Negra	1,0%	0,5%	0,4%	1,6%	0,9%	1,6%	1,9%	1,3%
Parda/Mulata	5,1%	2,4%	1,5%	10,5%	5,5%	5,7%	8,6%	12,3%
Amarela	0,8%	0,3%	0,4%	2,1%	1,4%	0,8%	1,0%	0,6%
Indígena	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,6%
Total de Mulheres	25,2%	9,8%	7,9%	56,1%	29,6%	26,3%	38,8%	43,5%

Tabela 3- Distribuição feminina por raça/cor nos cursos superiores em engenharia 2010-2012

Fonte: Inep/Enade (2012)

Nos cursos de engenharia o grupo com maior presença feminina é o grupo IV com 56,1% e apenas 1,6% de mulheres negras, seguido pelo grupo VIII com total de 43,5% mas com apenas 1,3% de mulheres negras, o grupo menos diverso é o grupo II com apenas 9,8% de mulheres e dessas apenas 0,5% de mulheres negras.

As mulheres negras estão mais representadas, mesmo que em menor número, em cursos de humanidades, licenciaturas. De 2009 a 2012 aconteceu um aumento - mesmo que pequeno - muito significativo. A luta das mulheres negra em busca do direito a educação vem atrelado ao Movimentos Negros, e depois de vários anos de invisibilidade imposta hoje apresenta um crescimento representativo, com sua presença na educação superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se por meio dos dados que mesmo com o aumento da representatividade feminina, o número de mulheres negras nesses espaços é reduzido, mesmo em cursos de predominância feminina. Nas tabelas apresentadas os cursos mais desiguais são os de Arquitetura e Urbanismo, Administração e Direito. Chama atenção no caso das Artes visuais a grande porcentagem de mulheres e a baixa porcentagem de mulheres negras. Os cursos mais diversos étnico-raciais são Ciências Sociais, Pedagogia e Secretariado Executivo.

Nesse primeiro momento, de acordo com os dados encontrados, é possível inferir que a partir da implementação da lei 12.711/12 aconteceu um crescimento no número de mulheres negras matriculadas no ensino superior em contraponto com a taxa de escolarização de 2009, que também traz uma categorização por sexo.

É possível observar que essa democratização só aconteceu apenas em determinados cursos. Constata-se que apesar da democratização do espaço, as mulheres negras continuam ocupando espaços nos cursos considerados de carreiras femininas e em sua maioria licenciaturas, em contra partida os cursos de elite e mais concorridos continuam efetivamente brancos.

Mesmo com as lutas dos Movimentos Negros, ações afirmativas e democratização do acesso ao ensino superior, o número de mulheres negras matriculadas tanto nos cursos de humanas, quanto nos de exatas é extremamente reduzido. Dessa forma é necessário refletir quais barreiras tem impedido a modificação desse cenário.

Devido à escassez de pesquisas que abordem a temática raça/gênero na educação superior, se espera-se que o estudo ora proposto possa contribuir para a ampliação dessa temática de pesquisa.

REFERÊNCIAS

_____. Dados sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: dez. 2020.

BARRETO, A. **A mulher no ensino superior, distribuição e representatividade** in: Cadernos GEA, n.6, jul./dez.2014

BELTRÃO, K; TEIXEIRA, M. **Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias**. In: O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira — uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000.

BORGES, L.A. e MOYORGA, C. **Juventude Negra – Memórias de Lutas e Conquistas Políticas**. In: RIBEIRO, M. (org). Política de Igualdade Racial: Reflexões e Perspectivas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrami, 2012.

BORGES, J. L. G. & CARNIELLI, B. L. 2005. **Educação e estratificação social no acesso à universidade pública**. Cadernos de Pesquisa, v.35, n.124, p.113-139, jan-abr.2005

CARNEIRO, A.S. **Mulheres e educação: gênero, raça e identidades**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

CORDEIRO, Ana Luisa A.. **Ações Afirmativas na Educação Superior: mulheres negras cotistas e mobilidade social**. Revista Pedagógica (Chapecó. Online), v. 15, p. 297-314, 2013.

DI PIERRO, M. C. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Oct. 2005.

HENRIQUES, C. S.. **Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior**. O SOCIAL EM QUESTÃO (ONLINE), v. 37, p. 9-276, 2017.

LIMA, M. **Serviço de branco, serviço de preto: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2001.

QUERINO, Ana Carolina; DE LIMA, Cleiton Euzébio; MADSEN, Nina **Gênero, raça e educação no Brasil contemporâneo: desafios para a igualdade**. In: Além de Lima Bonetti, Maria Aparecida A. Abreu (org.) **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. 129-148 Cap. 7.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

SOTERO, C. E.. **Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo** in: Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, p.35-25, Brasília, 2013.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ativismo judicial 1, 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 27

C

Capitalismo 86, 106, 123, 125, 256, 292, 293, 295, 296, 297, 298

Compliance 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 120

Corrupção 16, 17, 18, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 76, 87, 133, 139, 142

Covid-19 67, 72, 77, 108, 132, 133, 137, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 154, 155, 156, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181

D

Dados pessoais 149, 150, 152, 153, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

Derrelição do sujeito humano 270, 280

Direito 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 46, 47, 48, 52, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 64, 68, 69, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 96, 97, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 152, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 216, 217, 218, 219, 220, 227, 235, 236, 237, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 292, 293, 295, 296, 299

Direitos fundamentais 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 47, 51, 62, 63, 64, 69, 70, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 84, 85, 87, 98, 100, 136, 142, 149, 154, 160, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 191, 198, 205, 206, 210, 221, 254, 258, 259, 261, 264

E

Educação 15, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 57, 63, 64, 70, 71, 73, 78, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 102, 108, 113, 115, 117, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 154, 155, 181, 233, 292, 299

G

Garantismo constitucional 15, 16, 20, 23, 25, 26

I

Instituições democráticas 29, 30, 31, 33, 34, 125

Interpretações 20, 23, 25, 65, 76, 157, 224

J

Jusnaturalismo 5, 265, 266, 267, 268

L

Literatura 131, 201, 208, 264, 299

M

Mediação e arbitragem 185, 187, 188

Migração 50, 52, 219

Mulher 88, 89, 91, 92, 93, 97, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 208, 213, 221

N

Nanotecnologia 236, 237, 239, 240, 244, 246, 247, 248, 249, 252

O

Online dispute resolution 145, 146, 147, 152, 153

Orçamento público 62, 64, 69, 72, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 141

P

Pandemia 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 77, 83, 84, 86, 132, 133, 137, 139, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 160, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181

Patente 10, 21, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233

Políticas públicas 8, 10, 20, 26, 27, 30, 34, 47, 50, 52, 55, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 97, 100, 101, 105, 108, 111, 120, 122, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 134, 141, 212, 214, 218, 299

Preconceito racial 98, 99, 100, 101, 102

T

Trabalho 1, 2, 19, 29, 31, 36, 40, 41, 57, 58, 60, 67, 71, 76, 84, 88, 90, 92, 93, 94, 97, 100, 105, 107, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 144, 145, 146, 154, 155, 161, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 233, 239, 241, 247, 249, 254, 255, 262, 264, 265, 270, 271, 284, 285, 290, 292, 293, 294, 295, 296

U

Urbanização 104, 105, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 295

Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

4

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Direito:

Ramificações, Interpretações e Ambiguidades

4

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

